

Estrangeirismos

Um tópico aparentemente polêmico tem circulado em jornais, revistas e ambientes não-especializados: o da interferência de uma língua sobre outras, neste momento de tendências globalizadoras. Mais especificamente, a discussão tem sido centralizada sobre os efeitos do Inglês sobre o Português, de maneira especial em áreas como as da alimentação, moda e informática, por exemplo. Expressões como *hot dog*, *old fashion* e *browse*; frases como “fazer um *coffee break*”, “deletar uma mensagem”, “printar o site”, etc., têm servido como gatilho privilegiado de acirrados debates, através da mídia de massa. De um lado, os aparentemente otimistas quanto aos fatos, encarando como absolutamente naturais tais influências lingüísticas; de outro, guardiões culturais, defensores incansáveis da pureza da língua, atentos aos avanços e ameaças dos estrangeirismos às nossas tradições etnolingüísticas.¹

Esta revisão pretende:

- (a) sistematizar mais precisamente os problemas em jogo;
- (b) identificar os principais argumentos em confronto;
- (c) avaliar tais argumentos, assumindo posições teoricamente fundamentadas, na direção de um terceiro ponto-de-vista sobre o tópico.

Inicialmente, parece possível identificar o problema como historicamente bem conhecido. Ele está potencialmente contido já nos fundamentos normativos da Gramática Clássica. Desde que se aceita o raciocínio tradicional, cujo foco é a distinção entre o certo e o errado, como maior ou menor aproximação de normas pré-estabelecidas, então se assume o papel legislativo da autoridade gramatical sobre o uso da língua. Desde os fundamentos clássicos na tentativa de salvaguardar a pureza do Grego e do Latim dos perigos dos dialetos bárbaros, até as formas modernas de ensinar nas escolas a norma lingüística padrão, o papel sócio-ético-lingüístico da gramática pedagógica da classe culta tem sido indiscutivelmente reconhecido. O problema dos estrangeirismos, portanto, tem, em suas origens, no fundo, a mesma motivação que dirige a norma protetora da pureza de uma língua. A emergência mais descritivista da Lingüística moderna trouxe à tona os preconceitos gramaticais, e, desde o início do século xx, começou a haver uma suspeita do caráter discriminatório e, inclusive, politicamente incorreto, do rígido ensino de normas gramaticais. Há décadas atrás, os estrangeirismos eram combatidos com alguma naturalidade. Anglicismos, galicismos, etc., eram condenados como defeitos de uso lingüístico, quase ao nível do erro de concordância ou colocação de pronomes, por exemplo. Estudantes eram estimulados no sentido de não cederem ao emprego de expressões como “picnic”, “elite” ou “galocha”. Era um sinal de nacionalismo cultural a adequada substituição por expressões do tipo “convescote”, “nata social” e “anidropoteca”, compatíveis com o patrimônio lingüístico do Português. Mas, nesse momento, a discriminação lingüística é bastante mais complicada, especialmente pela avassaladora tendência à globalização e interpenetração cultural. Condenar estrangeirismos, hoje, já não conta com a tácita anuência de pobres submissos, de beletristas elitistas ou de adolescentes não-politizados.

O problema dos estrangeirismos, então, ainda que seja um dos mais antigos na tradição pedagógica, chega, agora à sua máxima complexidade. Por um lado, parece tão clara a idéia de que a língua, instrumento social mais significativo, seja a expressão da cultura e história de um povo, e a compreensão de que defendê-la é preservar o patrimônio cultural; por outro lado, os

¹ É o caso do deputado Aldo Rebelo (PC do B) cujo projeto de lei tenta proibir o uso abusivo de palavras estrangeiras em produtos, nos veículos de comunicação e na publicidade. Esse tipo de preocupação representa, de fato, o pensamento de algumas pessoas, especialmente da área de Letras, como o da escritora Lígia Fagundes Teles, que aponta para os riscos de uma colonização da Língua Portuguesa. Em outras comunidades, particularmente na área de negócios, publicitários como Caio Ortiz, da agência “Upgrade”, consideram essa espécie de projeto uma absurda xenofobia. Eles representam o pensamento da grande maioria de otimistas quanto ao tópico, entusiasmados, inclusive, com a riqueza lingüística que a globalização e dinamismo atual dos negócios está produzindo, especialmente via internet. Nesse sentido, contam com o apoio até de renomados gramáticos da tradição, como é o caso de Evanildo Bechara, para quem a língua é expressão da cultura e não cede a tentativas de mudanças por decreto, veja-se “Academia 2000”- Conferências.

estrangeirismos parecem representar, exatamente, esse estágio intercultural, essa tendência natural à aproximação entre civilizações, essa intimidade entre povos, inclusive em sua propriedade mais profunda, suas línguas. Constitui, portanto, um tipo de problema interdisciplinar, envolvendo questões lingüísticas, culturais, éticas e, mais profundamente, antropológicas, originando diferentes linhas de argumentação.

Como o tópico envolve relações interdisciplinares complicadas, os argumentos de professores, literatos e, até mesmo, políticos, são espontâneos e um tanto difusos, sem maiores conseqüências. É necessária, desse modo, a formulação de um argumento sólido, logicamente bem construído, e que contenha o raciocínio essencial sobre o assunto. O argumento-padrão dos que, de uma ou de outra forma, condenam as importações lexicais, ou estrangeirismos, pode ser apresentado da seguinte maneira:

(1) Se a cultura de um povo se expressa em sua tradição lingüística, e é desejável assumir esta como forma adequada de preservar aquela, então cabe normatizar para que se evitem estrangeirismos, nocivos à tal tradição, ou para que eles possam ser organicamente incorporados por ela.

Tal argumento possui, basicamente, as idéias explícitas ou subentendidas de que:

- ? a cultura de um povo se expressa em sua tradição lingüística;
- ? é desejável preservar a tradição cultural de um povo;
- ? preservando-se a tradição lingüística, preserva-se a cultura de um povo;
- ? os estrangeirismos afetam, nocivamente, a tradição lingüística;
- ? é possível evitar estrangeirismos;
- ? é possível incorporá-los à tradição lingüística, de modo a atenuar seus efeitos nocivos;
- ? é desejável normatizar-se o uso de estrangeirismos;

Há um sem-número de outras considerações invocadas em nome da tese de caça aos estrangeirismos. O referido projeto de lei, por exemplo, argumenta que a comunidade rural, que não acompanha com a mesma velocidade os avanços sociais e tecnológicos, pode, inclusive, perder conexões comunicativas com as urbanas, o que seria desastroso. Da mesma forma, há quem imagine uma situação cultural do futuro, como absolutamente caótica, onde os falantes brasileiros, soterrados pelos estrangeirismos do império norte-americano, perderam completamente sua identidade lingüístico-cultural. Seja como for, (1) parece reunir o que é essencial para a consistência argumentativa. Passemos, então, à argumentação contrária.

(2) Se a língua, em sua evolução histórico-social, expressa a cultura do povo que a pratica, e é desejável preservar tal patrimônio, então cabe respeitar, democraticamente, esse momento histórico de intensas trocas culturais e interpenetrações lingüísticas, ou, ainda, assumir que o espírito da língua se sustenta e enriquece com a tendência à globalização.

O argumento (2) parece conter, fundamentalmente, as seguintes idéias explícitas ou implicadas:

- ? a língua é sempre a expressão histórico-social da cultura de um povo;
- ? é desejável preservar o patrimônio cultural;
- ? a tendência atual a uma cultura globalizadora se expressa na língua, particularmente através de importações lingüísticas;
- ? assumindo a atual situação de globalização cultural, cabe respeitar sua expressão lingüística;
- ? é preciso assumir que não se determina por decreto, ou qualquer forma autoritária, a expressão lingüística;
- ? a língua, em seu espírito, não é ameaçada; ela incorpora o momento cultural;

Como no caso de (1), (2) também vem acompanhado de inúmeras reflexões e justificativas. Há os que acreditam que a história da línguas teve, desde sempre, esse caráter de lutas internas entre dialetos e externas com relação a outros idiomas, de modo que a situação dos estrangeirismos, hoje, não teria nada de especial ou de ameaçador. Além disso, consideram qualquer medida mais radical contra importações, injustificadas, desde uma perspectiva de

liberdade de expressão das massas. Seja como for, (2) parece conter a base para a argumentação em favor da tese que defende a naturalização dos estrangeirismos.

Apresentados os itens (a) e (b), cabe uma sistematização de aspectos teóricos relevantes que deveriam levar, necessariamente, a uma abordagem mais adequada e profunda do tópico em debate. A primeira questão importante a ser considerada diz respeito à natureza da linguagem e das línguas. Sabe-se, desde a ênfase dada por Chomsky no final dos anos 50, que a linguagem pode ser assumida como uma faculdade do cérebro/mente humano com base genética especializada. Isso significa que a linguagem, antes de qualquer outra propriedade construída historicamente, possui um suporte na própria natureza humana. Na perspectiva de Chomsky (1986) nasce-se com a capacidade, universal para todo o ser humano normal, de adquirir uma língua, desde que certos princípios constantes se expressem articulados a certos parâmetros subjacentes aos estímulos de línguas particulares. Nesse sentido, antes de o ser humano enraizar-se socialmente na construção de uma cultura lingüística local ou regional, ele é determinado por uma espécie de gramática universal, através da qual ele é único, e diferente em relação às outras espécies. As línguas, por sua vez, são criações sociais complexas, cuja natureza envolve aspectos culturais, geográficos, históricos, políticos, econômicos, etc.. Como resultado de princípios e parâmetros especificados na gramática universal, as gramáticas das línguas particulares são, na verdade, determinadas por uma estrutura abstrata comum, de modo que as diferenças que expressam culturas regionais de maneira aparentemente idiossincrática não são senão variações de uma mesma capacidade e de uma forma lógica mais ou menos constante. Se, há, conforme estatísticas da década de 80, aproximadamente 6000 línguas diferentes, há também uma gramática universal comum.

A variação lingüística é absolutamente indiscutível como fator de estruturas superficializadas, tanto ao nível de línguas diferentes, quanto ao nível interno de dialetos regionais, sociais, registros, jargões técnicos, etc.. O papel da gramática pedagógica normativa no contexto de ensino é, modernamente, entendido como de dupla face. Primeiramente, possibilita um conhecimento lingüístico e, até, metalingüístico, da natureza da língua, enquanto conjunto de convenções aceitas pela classe culta da população e compatível com a expressividade da forma literária. Num segundo momento, possibilita ao estudante a condição de adequação comunicativa, princípio que dirige e determina tais variedades. Em síntese, uma visão moderna do ensino da língua materna compatibiliza o domínio da variedade padrão para circunstâncias especiais, neutras ou formais, com o domínio das diversas variedades, cujas distinções nascem da exigência de contextos comunicativos diferentes.

Uma língua, enquanto sistema cognitivo, é determinada por uma Gramática Universal, constituída de princípios constantes e parametrizações limitadas, que sustenta variações léxico-sintático-semânticas superficiais.

As excepcionais variações lingüísticas, especialmente ao nível do léxico, não devem obscurecer a compreensão do caráter sistêmico, subjacente a uma língua. O léxico, em seu enriquecimento histórico-cultural, é uma espécie de repositório de idiossincrasias, ancorado em uma estrutura fônico-sintático-semântica relativamente estável. Assim, a relação sujeito-verbo-objeto da sentença portuguesa, ou adjetivo-substantivo, na frase nominal do inglês expressam princípios e parâmetros constantes, ainda que suportem dinâmicas variações lexicais determinadas por fenômenos sócio-culturais.

Por outro lado, uma língua, enquanto processo comunicativo, é, ao mesmo tempo, instrumento e produto das relações histórico-sociais construídas pela atividade coletiva, já que constitui um organismo social vivo. Ela é, na expressão consagrada do Wittgenstein das “Investigações”, um conjunto de jogos, numa forma de vida. Não se pode determiná-la, senão pela prática histórica da fala. Não se a controla, porque ela repassa, exatamente, todas as instâncias. Ela não pára em seu movimento, não se submete como um objeto a que se dá uma direção, justamente porque ela não é um objeto, é um processo e não um produto. Não faz sentido supô-la como puramente meio, ela é também um fim, distinguindo-se do caráter essencialmente instrumental dos códigos artificiais. Os antigos já diziam, por isso, que a ação

gramatical e normativa só funciona de maneira limitada, como a de convenções mais ou menos estáticas, nas prescrições para a escrita. A fala cotidiana em suas variações múltiplas de contextos comunicacionais não é controlável como um objeto fixo, exatamente porque é uma produção interativa em relação às ações sociais dinâmicas e criativas. Língua, *enquanto sistema de signos*, é uma relação arbitrária e convencional entre a expressão referencial e aquilo que ela refere.

Tal princípio, identificado modernamente por Saussure (1916), diz respeito ao fato de que não há uma conexão motivada entre o significante e o significado. Dessa mesma maneira, pode-se entender a relação nome-coisa no mundo, ou, em sentido mais amplo, linguagem-realidade. É exatamente por isso que 'Londres' e 'London' podem designar a mesma cidade e 'árvore' e 'tree', cobrirem o mesmo conceito. Ou, ainda, o que justifica a divertida, mas interessante, afirmação de que a palavra 'cão' não morde.

Face aos princípios lingüísticos expostos, podemos agora passar à avaliação argumentativa no debate sobre estrangeirismos.

Supondo-se a tese de que as línguas externas, em suas variações, são epifenômenos em relação a uma base universal comum, assume-se uma posição compatível com uma certa tendência para a diminuição da variedade de línguas e com uma natural aproximação entre elas, dado o forte contato promovido pela comunicação globalizada. Isso enfraquece o argumento (1) e reforça (2), à medida que lutar para sustentar a diversidade parece ser movimento contra a corrente. Ou seja, se a linguagem é entendida como uma propriedade da natureza cognitiva humana, ela é necessária e constante; as diversidades lingüístico-culturais, portanto, é que são contingentes.

Assumindo-se também que o papel sociocultural da normatização não deve restringir-se, modernamente, a discriminações sociolingüísticas em defesa de uma forma padrão culta que nunca foi, no Brasil, levantada de maneira criteriosa e sistemática. Trata-se de norma culta com base na excelência do uso literário, razão pela qual as gramáticas tradicionais sempre invocam o nome dos bons escritores. Mas isso envolve inúmeras inconsistências. Primeiramente, o uso literário não pode ser referência para o uso comunicativo da língua, pois, segundo Jakobson, o primeiro é determinado pela função poética, enquanto o segundo, pela função referencial. Na linguagem literária, a forma está em jogo e é essencial; na comunicação diária, o conteúdo é determinante, e a forma, antes de estética, exige adequação. Algum cuidado estético com a linguagem pode ser possível, mas isso é adicional, não essencial. A principal propriedade da comunicação cotidiana é a adequação à informação, à objetividade, à clareza, à argumentação, etc. Diferentemente, na literatura, o valor estético é fundamental, e a relação forma e conteúdo passa pela história da evolução literária e retórica. Mas, se o padrão literário não deve ser norma para o uso cotidiano, e o padrão dito urbano culto é uma abstração não cientificamente identificada, chega-se à compreensão da crise da normatividade e à necessidade de sua reinterpretação. A norma deve ser socioculturalmente útil, especialmente para a escrita em termos mais formais, mas as gramáticas não devem discriminar as variações dialetais e os diversos registros; ao contrário, cabe estimular a compreensão das diversas manifestações lingüísticas, reflexos que são de diversas situações culturais, sociais, regionais, científicas, comunicacionais, etc., incluindo gírias e estrangeirismos, que marcam gerações em mudanças. Desse modo, o argumento (2) é mais plausível, enfraquecendo-se (1), uma vez que a norma mais rígida e radical em sua função pedagógica mais autoritária é praticamente ignorada, mesmo na escola.

Considerando-se a língua enquanto sistema cognitivo, impõe-se a idéia de que ela é muito mais identificada pelos seus parâmetros fônico-sintático-semânticos, do que por variações superficiais de raízes lexicais. Assim, as sentenças 'Apaguei os meus favoritos' ou 'Deletei os meus bookmarks' são portuguesas em sua estrutura, com o sujeito elíptico em oposição ao inglês, com as flexões modo-temporais e número-pessoais, com a relação verbo-objeto direto, etc. Isso significa que a importação de 'delete' e 'bookmarks' pode ser combatida em nome de éticas de superfície, mas não, exatamente, no sentido de que ferem a estrutura da língua. Isso é falso, e enfraquece, novamente, o argumento (1), fortalecendo (2).

Ainda, se entendermos que a língua não é um objeto, um produto, sob o controle da legislação pedagógica, mas um processo excepcionalmente comunicativo e interativo com todas as outras formas de conhecimento, então, a realidade globalizada de hoje, por exemplo, é determinada por um conjunto altamente complexo de fatores de naturezas várias. A potencialização do dólar, a crise do leste europeu, a vitória americana na guerra-fria, a expansão tecnológica da cultura de massa, o computador, a instrumentalização internacional do inglês, etc., não são propriedades lingüísticas em si mesmas. Mas as línguas vivas envolvidas interagem, intensamente, queira-se ou não, com tais realidades. De modo que, por trás de um aparentemente inofensivo e ingênuo uso de *software*, está uma realidade político-econômica cultural-social de altíssima complexidade. A ação pedagógica, portanto, que supõe a possibilidade de simplesmente cortar num decreto burocrático o uso de um termo com tal espessura é que é, na verdade, profundamente ingênua e, ao mesmo tempo, de desrespeito (não ético, mas epistêmico) em relação à realidade. A função do professor modernamente é muito mais construtiva do que legislatória. Se ela é imprescindível como função *criativa e balizadora no processo do conhecimento*, não lhe é transferida autoridade para *controlar o comportamento lingüístico-cultural enquanto realidade em processo*. Nessa perspectiva, o que se disse é incompatível com a argumentação dada em (1). É preciso entender que estrangeirismos não são apenas rótulos lingüísticos soltos e isolados, mas verdadeiros “icebergs” com camadas espessas de realidades extrapedagógicas por baixo.

Finalmente, assumindo-se o princípio da arbitrariedade do signo, em qualquer língua, torna-se, do ponto-de-vista puramente lingüístico, inexpressiva a troca de um significante por outro. Isso quer dizer que, ao nível do léxico, em termos teóricos, a substituição do português ‘apagar’ pelo americanismo de ‘deletar’ é equivalente à substituição cultural, no interior do próprio Português, de ‘parir’ por ‘dar à luz’. Todas as expressões continuam arbitrariamente conectadas em termos de significante-significado, linguagem-objetos do mundo. Isso aponta, em última análise, para uma certa trivialização na atitude de se reagir com tanta radicalidade a alguns significantes em nome de outros. Em sua forma espontânea de compreender o uso da língua, o povo sabe intuitivamente o princípio da arbitrariedade. Não convém, por isso, em nome de qualquer pedagogia, tratá-lo como ignorante em questões de linguagem, o que reforça, mais uma vez, as inconsistências do argumento (1).

Referências Bibliográficas:

- CHOMSKY, N.(1986) **Knowledge of Language**.*New York: Praeg*
JAKOBSON, R. (1960) *Linguistics and Poetics*. In Sebeok, T.A. *Style in Language*. MIT Press
SAUSSURE,F.(1916) *Cours de Linguistique Générale*. Paris: Payot
WITTGENSTEIN, L.(1963) *Philosophical Investigations*. New York: The Mcmillan Company

Ana e Sabrina,

Estão os itens que o JC me passou sobre o projeto. A fundamentação teórica está pronta (texto desta lista da ADPPUC). Se vocês toparem, falta apenas “recheiar” um pouco os itens abaixo, fazer contato com a Universidade de Santa Maria e de Passo Fundo (ou Fapa, ou....) e selecionar os bolsistas (aliás, nem se isso é feito agora).

Minha opinião é que vale a pena investirmos nisso.

OBJETO PESQUISA – PROCAD

PICO:

Ensino do Português no contexto da globalização: estrangeirismos lexicais, sintáticos, semânticos e pragmáticos.

Efeitos da globalização sobre o ensino do Português: uma abordagem pragmática da questão dos estrangeirismos.

O impacto do Inglês sobre o ensino do Português no contexto da globalização: aspectos lexicais, sintáticos, semânticos e pragmáticos.

OBJETIVOS

A) Internas:

- Há um debate, bastante polêmico e atual, sobre a relação Português/Inglês no contexto da globalização.
- NÃO HÁ ABORDAGENS LINGÜÍSTICAS para as questões técnicas implicadas.

B) Externa:

- Há uma necessidade de definir uma política (conjunto de critérios) com relação aos estrangeirismos.
- Há necessidade de adequar o ensino do Português a tal política.

OBJETIVOS

A) Internos: Abordar de maneira adequada descritiva e explanatoriamente os fenômenos lexicais e pragmáticos decorrentes da interface Português/Inglês no contexto da globalização.

B) Externos: Oferecer informações e análises lingüisticamente fundamentadas para sustentar uma política de ensino do Português quanto à mencionada interface.

METODOLOGIA

O método do ponto-de-vista científico é o hipotético-dedutivo: levantam-se hipóteses sobre o tópico e as hipóteses sobre o tópico e as hipóteses são avaliadas para refutá-las ou corroborá-las.

O método do ponto-de-vista do plano de trabalho envolve:

- 1) Listagem de fenômenos lingüísticos que caracterizem a interface Português-Inglês.
- 2) Avaliação lingüística dos fenômenos.
- 3) Entrevistas com professores de Língua Portuguesa e Inglesa, estudantes de Letras e Comunicação, professores de Lingüística ...

- l) Promoção de um evento, encontro de lingüistas das universidades envolvidas para a elaboração de um documento de natureza técnica sobre o tópico.
- ;) Elaboração de uma obra sobre o assunto.

Um abraço,
Jane

